

Trabalho, Profissionalização e Responsabilidade Social: As práticas educativas para a habilitação profissional de catadores de material reciclável

Processo: Avanço de Investigação em Curso

Grupo de Trabalho 18: Reestruturação Produtiva, Trabalho e Dominação Social

Ellen Garcia da Silveira¹

Resumo:

Este artigo busca desenvolver a discussão sobre precarização das condições e relações de trabalho, ressaltando uma parcela da população em condições socioeconômicas precárias, os catadores de material reciclável. Abordaremos a constituição das associações e cooperativas dos catadores, como a criação do Movimento Nacional da categoria. Em seguida, ponderaremos sobre atual precarização das condições de trabalho, tanto sobre o aspecto da desvalorização das leis trabalhistas, quanto sobre a exclusão do mercado formal de trabalho. Posteriormente observaremos a relação entre os catadores e as instituições públicas e privadas, em especial, as ONG's. Analisaremos também as ressignificações do trabalho do catador, tanto por parte do desenvolvimento educacional proporcionado entre eles, como a própria mudança da relação do lixo dentro da sociedade capitalista.

Palavras-Chaves: Catadores; Responsabilidade Social; Ressignificações

Resumen:

En este trabajo se presenta un análisis de las condiciones precarias y las relaciones laborales, destacando una parte de la población en condiciones socioeconómicas pobres, los recicladores. Discutir la formación de asociaciones y cooperativas de carroñeros, como la creación de la categoría del Movimiento Nacional. A continuación, vamos a considerar en la precariedad actual de las condiciones de trabajo tanto en el aspecto de la devaluación de la legislación laboral, como en la exclusión del mercado de trabajo formal. Más tarde observar la relación entre los coleccionistas y las instituciones públicas y privadas, especialmente las ONG. También tendremos en cuenta la reinterpretación de la obra de los carroñeros, tanto por parte del desarrollo de la educación proporcionada entre ellos, ya que la relación cambiante de la basura dentro de la sociedad capitalista.

Palabras-Claves: Carroñeros, Responsabilidad Social, Resignificaciones

Introdução

A ocupação de catador de material reciclável existe, informalmente, há pelo menos cinquenta anos no Brasil. Antigamente esses trabalhadores eram conhecidos como “garrafeiros”, “trapeiros”, “papeleiros”, e expressões pejorativas como “burro sem rabo” (Gonçalves, 2001). Segundo as autoras Medeiros e Macêdo (2009), no Brasil, estima-se que o número de catadores seja de aproximadamente 500.000, estando 2/3 deles no Estado de São Paulo.

¹ Mestranda em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: ellen_garcia_s@yahoo.com.br

No Brasil, a profissão de catador de material reciclável é reconhecida e foi oficializada em 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Contudo, o reconhecimento da profissão não implicou mudanças nas condições de vida e trabalho dos catadores, os quais atuam sem vínculo empregatício e sem direitos, ganham, em geral, menos da metade de um salário mínimo, disputam materiais recicláveis com seus pares, não estão inseridos nos sistemas de gestão de resíduos e enfrentam a exploração da indústria da reciclagem.

A profissão se formalizou num contexto de profundas mudanças no mercado trabalho brasileiro. Essas mudanças de cunho econômico, cultural, social e político estão associadas, fundamentalmente, à introdução de novas tecnologias, à adoção de novas modalidades de organização produtiva e de gestão, a abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, o aumento da concorrência interna e o declínio do desempenho econômico do país.

De acordo com o CBO (2009), a profissão é de livre acesso, sem exigência de escolaridade ou formação profissional, as atividades são exercidas ao céu aberto, em horários variados, ficando os trabalhadores expostos as variações climáticas, acidentes na manipulação dos materiais, acidentes de trânsito e a violência urbana.

Alguns grupos de catadores, como a Coopamare, em São Paulo, e a ASMARE, em Belo Horizonte, pioneiras no País, foram formados por catadores que moravam nas ruas e hoje, com o trabalho organizado, o reconhecimento social e outras conquistas no campo das políticas públicas, conseguiram moradia e o acesso a diversos outros direitos sociais, civis e mesmo políticos, já que muito dos catadores desses grupos nem mesmo possuíam documentos.

De maneira geral, o que se observa, no entanto, é a exploração dos catadores pelos governos municipais e estaduais, bem como dos atravessadores, que são os donos de depósitos de ferro velho, que pagam preços irrisórios pelos materiais coletados, revendidos por preços até três vezes superiores. A exploração do trabalho de catadores também é ilustrada pelo trabalho precoce de crianças e jovens, quase sempre utilizado como estratégia para aumentar a renda das famílias.

O trabalho dos catadores também é marcado por um grave problema social – o desrespeito por parte da sociedade. A ideia generalizada é de que os catadores são miseráveis e sujos; são rotulados por expressões pejorativas como “lixeiros” e são estigmatizados como marginais, devido a este fato, alguns catadores sentem vergonha de seu trabalho. Além da exploração econômica, do preconceito e da falta de reconhecimento por parte da sociedade e Estado, a profissão de catador está fortemente marcada pela insalubridade, bem como riscos de adoecimento e acidentes.

Apesar de existir um processo crescente de organização desse segmento social – em 2001, foi formado o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, que conta atualmente com a adesão de mais de 300.000 catadores de todas as regiões do Brasil -, muitos catadores ainda trabalham de forma individual, desvinculados de qualquer grupo ou organização.

1. Surgimento das Cooperativas e Associações de Catadores

As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis são recentes no Brasil. Segundo Magera (2003) uma das pioneiras no país foi a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – COOPAMARE -fundada no ano de 1985, na cidade de Belo Horizonte.

Uma cooperativa ou associação de catadores pode desenvolver atividades, visando enfrentar situações que interferem no processo das negociações de materiais recicláveis, possibilitando uma maior competitividade através do aumento da oferta de materiais recicláveis em um volume maior no mercado que garanta a negociação de preços.

O Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT (2003), também destaca as vantagens da organização de uma cooperativa ou associação: evita depender de um único comprador, vender cargas “fechadas”

por um preço médio, estocar os materiais que poderão ficar armazenados por maiores períodos de tempo, se o galpão dispuser de espaço para triagem e houver capital de giro.

Ainda conforme o IPT (2003), o objetivo central de uma cooperativa ou associação de catadores de materiais recicláveis é gerar oportunidade de emprego e renda. Entre as vantagens econômicas ocorridas da organização das cooperativas e associações de trabalho, o IPT apresenta o fato de que essas instituições conseguem valores mais altos para os seus produtos, pois os ofertam em melhores condições de limpeza e classificação e ainda barateiam o transporte com a prensa de suas mercadorias.

Mas quais seriam as diferenças entre a cooperativa e a associação? A diferença essencial está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas; as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica. Seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado.

Nas cooperativas os associados são os donos do patrimônio e os beneficiários dos ganhos que os processos por eles organizados propiciarão. As sobras que porventura houverem das relações comerciais estabelecidas pela cooperativa podem, por decisão de assembleia geral, serem distribuídas entre os próprios cooperantes, sem contar o repasse dos valores relacionados ao trabalho prestado pelos cooperantes ou da venda dos produtos por eles entregues na cooperativa.

Em uma associação, os associados não são propriamente os seus “donos”. O patrimônio acumulado pela associação em caso da sua dissolução deverá ser destinado à outra instituição semelhante conforme determina a lei e os ganhos eventualmente auferidos pertencem à sociedade e não aos associados que dela não podem dispor, pois os mesmos, também de acordo com a lei, deverão ser destinados à atividade fim da associação. Na maioria das vezes os associados não são nem mesmo os beneficiários da ação do trabalho da associação, o que não ocorre na associação estudada.

A associação tem uma grande desvantagem em relação à Cooperativa; ela engessa o capital e o patrimônio, em compensação tem algumas vantagens que compensam grupos que querem se organizar, mesmo para comercializar seus produtos: o gerenciamento é mais simples e o custo de registro é menor, e no caso da associação estudada, a escolha por um grupo associado também se deve ao fato de que em uma cooperativa existe a obrigação de pagar a previdência social dos cooperados, dinheiro este que o grupo do Parque Santa Rosa não dispunha, com isso optando por uma associação.

2. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 o 1º Congresso Nacional de Catadores (as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento este que reuniu por volta de 1.700 catadores de todo o Brasil. Neste Congresso foi lançada a Carta de Brasília, primeiro documento que expressa às necessidades do crescente movimento.

Antes mesmo do Congresso, os catadores já haviam iniciado a luta por direitos da categoria em diversas regiões do Brasil, mas com o Movimento Nacional foram criados alguns princípios e objetivos que unificaram a luta da categoria, entre esses, um princípio em especial nos chama atenção devido à situação conflituosa que apresenta: “um movimento de luta pela inclusão contra o capital” (SILVA, 2003, p. 33). O que pode ser observado é que ao mesmo tempo em que representa uma categoria de trabalhadores inconformados com a ordem social vigente, o mesmo começa a direcionar para se inserir dentro dessa mesma ordem.

Analisando por abordagem relacional e dialógica, podemos compreender que as instituições (como no caso, o Movimento Nacional) são construções, desconstruções e reconstruções humanas num constante dinamismo, que ora portadoras de respostas inovadoras e autênticas, ora reprodutoras do

“status quo”. Sobre estes conflitos e contradições inerentes ao sistema capitalista, Karl Marx em seu livro “O Capital” (2004) irá abordar uma contradição essencial: ser valor e o ter valor de uso.

As duas coisas, aponta o autor, são diferentes na medida em que revelam e escondem diversas características: o valor de uso seria uma apreensão de sentidos e mensurável empiricamente, enquanto que o valor seria uma abstração, sendo impalpável aos sentidos (MARX, p. 55). Posteriormente o autor irá explicar que os fundamentos do sistema capitalista também estão fundados nestas contradições: o que é capital para nós, não coincide com o que ele realmente é.

Retornando ao contexto histórico do MNCR, no ano de 2003 aconteceu o 1º Congresso Latino-americano de Catadores em Caxias do Sul – RS, que reuniu catadores do Brasil, Uruguai e Argentina. Foi divulgada neste Congresso a Carta de Caxias que têm a intenção de difundir a situação dos catadores da América – latina, num início de unificação da luta dos catadores entre os países.

Nesse momento o MNCR começa a mostrar sua força nacionalmente com as articulações regionais. Muitas conquistas foram alcançadas pelo movimento, principalmente a formalização da profissão em 2002 pela CBO e constituição do Comitê de Inclusão Social dos Catadores de Lixo. Dentre outras atribuições esse comitê deveria implantar projetos que visassem garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de material reciclável, bem como apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios brasileiros.

Em janeiro de 2005 ocorre o 2º Congresso Latino-americano de Catadores em São Leopoldo – RS, que reuniu catadores do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Colômbia, com a participação por volta de 1000 pessoas. A Carta de São Leopoldo, divulgada no fim do Congresso demonstra uma preocupação com as bases regionais de catadores dos países envolvidos, assim como as lutas para políticas públicas para os catadores, como, habitação, educação e capacitação dos mesmos.

Em março de 2006 foi realizada uma marcha até Brasília, na intenção de levar as demandas da categoria ao Governo Federal como, criação de postos de trabalho em cooperativas e associações em suas bases regionais. Este evento foi considerado pelo Movimento Nacional como um “marco histórico” da luta dos catadores no Brasil, tendo reunido nessa marcha cerca de 1.200 catadores de todo o Brasil que caminharam até a Esplanada dos Ministérios e sendo acordado a criação de 40 mil novos postos de trabalho em todo o País.

Em março de 2008 ocorreu o 3º Congresso Latino-americano de Catadores em Bogotá, Colômbia, que reuniu delegações do Brasil, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, México, Porto Rico, Costa Rica, Guatemala, Equador, Paraguai, Venezuela, Nicarágua, Haiti e Colômbia. Neste Congresso foi criada a Rede Latino Americana de Organizações Recicladoras/Catadores (RLOR), para uma maior mobilização internacional para o reconhecimento mundial da profissão de catador. Na Carta de Bogotá se demonstra uma maior preocupação nas demandas internacionais, principalmente com alguns países que estão iniciando as lutas pela categoria e que reivindicam direitos já alcançados por outros, como Brasil e Argentina.

3. Trabalho e a sua Precarização na Atualidade

A primeira formulação sobre a “superpopulação relativa de trabalhadores” expressou-se empiricamente a partir do exame histórico e sociológico acerca da formação do capitalismo na Inglaterra. Karl Marx percebeu a construção de um contingente importante e numericamente expressivo de trabalhadores sem ocupação fixa que seria parte integrante do funcionamento do capitalismo (Marx, 2004). Esta superpopulação relativa tendia a aceitar condições de trabalho e de remuneração sempre mais rebaixadas do que as praticadas em fábricas e empregos regulares.

Este fator integrou-se à lógica do capitalismo agindo como elemento central na acumulação do capital porque não só fornecia o contingente requerido pelo capital – quando necessário fosse -, mas

também porque mantinha os custos com a força de trabalho a níveis próximos e até abaixo de sua simples reprodução.

A Revolução Industrial tornou o mundo mais homogêneo, mas trouxe também grandes desigualdades entre os povos. Produziu imensa disparidade econômica, política e cultural e que afeta até os dias atuais o mundo em que vivemos.

A expansão do setor industrial e do setor de comércio e serviço, associado ao processo de urbanização das cidades brasileiras, foi a principal marca das décadas de 1950 a 1970. Desde o princípio, a indústria exigia uma mão-de-obra mais qualificada, restando aos trabalhadores menos qualificados e de baixa escolaridade a condição de mão-de-obra excludente, relegados ao subemprego ou o desemprego.

Lessa (2003) identifica que “a cidade brasileira passou por intensas transformações econômicas sempre reproduzindo a difícil inserção do pobre na produção, no consumo e na cidadania” (p. 13). A cidade “agigantou-se” e junto com ela cresceram a diversidade de inserções precárias. Na compreensão do autor, o pobre urbano aprendeu a sobreviver nas brechas da sociedade, caracterizando-se este como “um mestre no remendo e na reciclagem” (p. 15).

A década de 1980 foi caracterizada pelos abalos e crises econômicas, o que resultou na deterioração da situação social, ampliação da pobreza, das desigualdades de renda e piora das condições de trabalho.

A década de 1990 foi caracterizada pela estagnação econômica, abertura do mercado e valorização cambial, o que resultou na adoção de políticas defensivas de reestruturação e eliminação dos postos de trabalho pelas empresas e organizações. Essa década também foi marcada fundamentalmente pela ampliação e acirramento do desemprego e da economia informal, da pobreza e da precarização das relações de trabalho.

Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de “bico”. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito a aposentadoria, também com o processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação de desregulamentação dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais.

A precariedade refere-se ao trabalho mal remunerado, pouco reconhecido, e que provoca um sentimento de inutilidade no trabalhador. Refere-se ainda à instabilidade do emprego, à ameaça do desemprego, à restrição dos direitos sociais e à falta de perspectivas de crescimento profissional, manifestada tanto em relação ao setor informal, quanto para a classe trabalhadora em geral. Segundo Antunes (2005), essa precarização do trabalho está em plena sintonia com o modo de produção capitalista.

4. Instituições e Responsabilidade Social

Para as empresas, o desafio coloca-se de forma clara, ao mesmo tempo em que o novo cenário global oferece inúmeras oportunidades de negócios, ele também traz consigo maiores responsabilidades. Cada vez mais, a sociedade exige que as empresas deem amostras de estar cumprindo a sua parte dentro de um novo “contrato social global” que vem sendo construído. Existe atualmente uma importante reivindicação por parte da sociedade para que as empresas produzam resultados positivos e verificáveis em três áreas: não somente na financeira, onde tradicionalmente se espera que acrescentem valor econômico aos resultados das suas atividades, mas também nas áreas ambiental e social, tendo em vista que aí também, inevitavelmente, adicionam ou destroem valores, pelo simples fato de existirem.

Entre as iniciativas que visam pôr em prática o desenvolvimento sustentável está o exercício da “responsabilidade social empresarial” – RSE – entendida como:

(...) forma de gestão que se define pela relação ética, transparente e solidária da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e promovendo a redução das desigualdades sociais².

Melo Neto & Brennand (2004) apresentam uma tipologia da prática da responsabilidade social empresarial que distingue as modalidades da “filantropia tradicional” e “da nova filantropia”, e “investimento social privado”. A “filantropia tradicional” refere-se às doações monetárias ou não monetárias, realizadas pelas empresas, às entidades estritamente filantrópicas, enquanto na “nova filantropia” as entidades receptoras do capital filantrópico empresarial desenvolvem ações sociais voltadas para populações menos favorecidas e seus gestores são obrigados a prestar contas e deles são exigidos resultados mensuráveis. Os investimentos no social tornam-se estratégias para as empresas, propiciando o advento do “Investimento Social Privado”.

Alguns critérios são utilizados para mensurar o retorno do investimento social realizado pelas empresas, por exemplo, nas áreas:

- Econômica: medir o valor dos recursos investidos no projeto social dividido pelo público beneficiado pelo projeto.

- Tributária: o valor dos impostos abatidos; e a razão entre o valor de impostos abatidos e o investimento social total.

- Público Interno: medir o percentual de funcionários que conhecem os projetos sociais da empresa.

- Social: acompanhar os indicadores de processo do projeto social, garantindo a eficiência na aplicação dos recursos e a transparência da prestação de contas.

- Mercadológica: medir o valor da mídia espontânea, calculada pela somatória dos espaços publicitários obtidos gratuitamente pelo projeto social, como se tivessem sido pagos; medir o percentual de clientes, “prospects” – clientes em potencial – e formadores de opinião que consideram que os projetos sociais aumentam a simpatia à marca; e medir o impacto dos projetos sociais na decisão de compra e na fidelização dos clientes, comparativamente a outros atributos da empresa, como preço, qualidade, atendimento, dentre outros.

Exemplo dessa “nova filantropia” seria o Programa Reciclagem Solidária – Cooperativas, que atuava dentro do galpão do Parque Santa Rosa, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará – Brasil, o qual é financiado pela Associação de Bebidas das Américas – AmBev -, mas que é executado pela Organização Não-Governamental Associação Lagoa de Marapendi – Ecomarapendi, esta que já atuava na área de Meio Ambiente, a partir de 1991 formalizou a parceira com a empresa.

Em observações preliminares da pesquisa, o Programa Reciclagem Solidária – Cooperativas poderia ser um exemplo “clássico” da “nova filantropia”, mas o que ocorre é uma falta de participação por parte da empresa, AmBev, onde estaria proposto pelo Programa que a empresa deveria disponibilizar um de seus empregados, no caso o Gerente de Meio Ambiente, para acompanhar, realizar e avaliar mensalmente as atividades do grupo, mas na realidade o mesmo comparecia poucas vezes, em média uma visita a cada três meses.

Com isso, as atividades planejadas pelo Programa Reciclagem Solidária ficavam atrasadas e algumas não chegaram a ser realizadas. O grupo sempre questionava quando estas atividades iriam acontecer e as respostas sobre a falta das atividades eram sempre vagas. Após um período onde as

² Fonte: Instituto Ethos (www.ethos.org.br)

atividades praticamente estavam paradas, os catadores demonstraram desânimo com o Programa e certa “desconfiança” com o “tipo” de responsabilidade social promovido pela empresa.

Em entrevistas preliminares com os catadores se observava que, existe um “consenso” de que a ajuda dessas instituições é benéfica para o grupo, mas quando perguntados sobre o que eles tinham apreendido com os cursos, oficinas e outras atividades promovidas por essas instituições, poucos se lembravam sequer das atividades que haviam participado, demonstrando que as mesmas não haviam influenciado ou auxiliado nas suas atividades como catador³:

Com isso, conclui-se previamente que, os projetos sociais empresariais não têm como motivação inicial um avanço na área social, mas sim, o que estes projetos podem trazer de “vantagens” financeiras a empresa. Abatimentos fiscais, aumento nos números de clientes, entre outros fatores são os responsáveis pelo financiamento de projetos ligados a outras entidades do terceiro setor. Os investidores sociais privados estão preocupados com os resultados obtidos, não com as transformações sociais geradas entre os grupos sociais; o verdadeiro interesse são os “números” que eles poderão passar aos clientes e garantir as deduções fiscais por parte do governo.

5. Educação Formal, Não-Formal e Informal

A ampliação da noção de educação para o conjunto das práticas sociais significa o reconhecimento da multiplicidade de fatores que ocorrem na formação das identidades que se configuram para os sujeitos nos processos de sociabilização em determinado momento histórico.

Carrano (2003) considera o universo educativo como sendo formado pelo conjunto de fatos, sucessos, fenômenos, ou efeitos educativos – formativos e/ou instrutivos – e o conjunto de instituições, meios, âmbitos, situações, relações, processos, agentes e fatores suscetíveis de gerá-los. O desenvolvimento do conceito é pontuado pela adoção de categorias que dividem a educação pelos âmbitos: formal, não-formal e informal.

A educação formal pressupõe ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente. Seus espaços são as escolas, são instituições regulamentadas por leis, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. Entre outros objetivos da educação formal ressaltam-se:

(...) os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais destacam-se o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade, etc. (GOHN, 2006. p. 03)

A educação formal requer tempo, local específico, pessoal especializado, organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização das atividades e disciplinamento. Ela tem caráter metódico e, usualmente, se divide em idade / classe de conhecimento. Na educação formal espera-se, sobretudo, que haja uma aprendizagem efetiva (que, infelizmente nem sempre ocorre), além da certificação e titulação para que os indivíduos seguissem para graus mais avançados de ensino.

Na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um ponto importante de diferenciação). Há uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Já a finalidade da educação não-formal é apresentada dessa forma:

³ Olhar Tópico “Educação Formal, Não-Formal e Informal

A educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. (...) A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não-formal. (GOHN, 2009, p. 03)

A educação não-formal ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade), ela pode colaborar para o desenvolvimento da autoestima do grupo, criando o que alguns analistas denominam de “capital social” (GOHN, 2009) de um grupo. Os indivíduos adquirem conhecimento da sua própria prática, os indivíduos aprendem a interpretar o mundo que os cerca.

Nesta pesquisa, destacamos a presença da educação não-formal na atuação das instituições (públicas, privadas e ONGs), quando estas executam oficinas, palestras, minicursos, que geralmente tem a intenção de fomentar tanto a capacidade laboral das associações e cooperativas dos catadores quanto incentivar a participação social do grupo. Mas o que pôde ser observado nas entrevistas é que, alguns desses cursos oferecidos por essas instituições não apresentam um conteúdo de real interesse do grupo ou do trabalho praticado por eles, sendo os assuntos mais interessantes para as instituições do que propriamente aos catadores.

A educação informal por sua vez, seria constituída pelo conjunto de processos e fatores que geram efeitos educativos sem que tenham sido expressamente configurados para esse fim. Diferentemente dos setores formais e não-formais, a educação informal não se caracterizaria por uma intervenção pedagógica intencionada e consciente. Segundo Carrano (2003):

(...) A educação informal é entendida não como algo que gera efeitos que não são formais, mas, sim, como um processo formativo que ocorre informalmente. A questão não se encontra, contudo, em conceber que os processos educativos informais sejam desprovidos de forma. A ênfase do conceito está no reconhecimento de que a educação informal se caracteriza por não se ajustar a formas institucionalmente determinadas e que, de maneira geral, o seu processo educativo não se revela de forma explícita. (CARRANO, 2003, p. 17)

A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta. Trata-se da socialização dos indivíduos.

Os agentes educadores nessa categoria de educação são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, os colegas de trabalho, os meios de comunicação em massa, entre outros. A educação informal não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiências anteriores, usualmente é o passado orientando o presente. É um processo permanente e os seus resultados não são esperados, eles simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente.

Este tipo de educação pode ser observado no galpão entre os próprios catadores, principalmente quando estão aprendendo a separar os materiais que serão vendidos. Por conta da pesquisa, devido a utilização do método da observação participante, sofremos o mesmo processo de educação informal, aprendendo os tipos e nomes de materiais recicláveis que eram vendidos no galpão, as expressões do grupo utilizadas no trabalho e como era a socialização de um grupo associado.

6. Ressignificação do Lixo em Mercadoria

Karl Marx (2004) quando aponta que as características “valor-de-uso” e “valor-de-troca” são necessárias para que algo se enquadre na definição de “mercadoria”, observamos que a utilidade adquirida pelo lixo na atualidade o leva a ser passível de ter sua condição modificada para aquela de mercadoria.

Uma vez que o lixo é dotado de propriedade de algo potencialmente útil, portanto dotado de valor-de-uso, e que ao ser recolhido pelos catadores para a sua comercialização no ciclo da reciclagem se torna valor-de-troca; esse material, antes relegado a produto final da cadeia produtiva, retorna a esta como mercadoria, no sentido marxiano. Nas palavras de Marx, “(as coisas) só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor” (MARX, 2004, p. 69).

Ao reinserir o lixo dentro da cadeia produtiva, o catador evidencia o valor-de-troca que esse produto pode ter e realiza a atividade potencial que o lixo tem, através do qual garante a sua sobrevivência. Assim ocorre o processo de ressignificação do lixo (algo “inútil” em mercadoria (algo “útil”), esta dotadas dos valores-de-uso e valores-de-troca.

Segundo ainda Simmel (2006), a fonte do valor das coisas reside no desejo das pessoas de obtê-las. Com isso, podemos afirmar que, após o lixo passar pelo processo de reciclagem e se tornar algo novo, este material passa do “status” de algo desprezado para o algo desejado, e devido a este processo, passa a condição de “coisa” que tem valor.

Assim, de acordo com as definições de “mercadoria” (Marx) e da “origem do valor que as dota” (Simmel), a transformação proporcionada pelos catadores de materiais recicláveis seria extrema, do ponto de vista do consumo, pois seria a passagem de “uma ponta a outra” na escala de produção, comercialização e consumo dos produtos.

Considerações Finais

Consideramos que, ao exercerem o seu trabalho, muitas vezes em virtude de não encontrarem outras alternativas de ocupação, tanto no mercado formal como no informal, os catadores de materiais recicláveis se encontrem, a princípio, “excluídos socialmente”.

O que observamos na verdade é que com atual precarização das relações de trabalho, na realidade não existem “excluídos” ou “incluídos” sociais, pois esta abordagem nos repassa a ideia de “dentro” e “fora”, sendo que a realidade é uma totalidade contraditória e conflituosa, então não nos é possível estar “dentro” ou “fora” dessa realidade.

A concepção de “exclusão” social pressupõe uma realidade onde os que vivem “incluídos” na sociedade estão em um espaço harmônico, estável, ignorando que a sociedade capitalista está atravessada por interesses contraditórios e desiguais. Com isso, afirmamos que os catadores de material reciclável se encontram em “exclusão do mercado de trabalho”, buscando alternativas, tanto sociais quanto políticas para a sua sobrevivência.

Entre estas alternativas de sobrevivência, encontra-se a mobilização política dos catadores, simbolizada na instituição do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que busca através de alianças com a sociedade civil, empresas e Estado, a reinserção dos catadores como trabalhadores “dignificados” na sua luta como agentes ambientais. Ao passo que o MNCR garantiu diversos direitos trabalhistas e sociais aos catadores e levanta a bandeira “contra o capital”, o mesmo busca espaços de inclusão dentro deste sistema.

Por fim, acrescentamos a discussão sobre a ressignificações sobre o lixo, que passa de material de descarte, de “inútil”, para matéria-prima, útil ao ciclo de produção capitalista. Esta ressignificação do lixo promovida pelos catadores de material reciclável os insere novamente dentro do processo de fabricação das mercadorias, mas possivelmente com uma visão menos alienada (no sentido marxiano do termo) do seu produto, do seu reciclável.

Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, S. O Que é Trabalho? São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez, 2005.

CARRANO, Paulo, C. R. Juventudes e Cidades Educadoras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/ocupacao/classificacao-brasileira-de-ocupacoes>>. Acesso: 07 set. 2009

CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.caritas.org.br>>. Acesso: 27 set. 2011.

CENTRAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECICLAGEM E MEIO AMBIENTE – RECICLOTECA. Disponível em: <<http://recicloteca.org.br>>. Acesso: 20 nov. 2011.

GOHN, M. G. Educação Não-Formal, Participação da Sociedade Civil e Estruturas Colegiadas nas Escolas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_ar_ttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 22 mar. 2009.

GONÇALVES, P. Coleta Seletiva e Inclusão Social. Disponível em: <<http://www.lixo.com.br/artigoc1.htm>>. Acesso em: 14 mai. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA TECNOLÓGICA - IPT. Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis: guia para implantação. São Paulo, SP: SEBRAE, 2003.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 02 mai. 2010.

LESSA, C. Os Ovos da Serpente. Em: Bursztyn, M. (Org.) No Meio da Rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2003.

MAGERA, M. Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade. Campinas, SP: Átomo, 2003.

MARINHO, M. C. N. As Transformações no Mundo do Trabalho e Suas Implicações na Formação do Executivo. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2005.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro 1, volume 1. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MEDEIROS, L. F. R.; MACÊDO, K. B. Catador de Material Reciclável: uma profissão para além da sobrevivência. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822006000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2009.

MELO NETO, F. P.; & BRENNAND, J. M. Empresas Socialmente Sustentáveis: o novo desafio da gestão moderna. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2004.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br>>. Acesso em: 27 set. 2011.

SILVA, R.B. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. Florianópolis: Revista Interthesis. v.3 n.2. jul/dez 2006.

SIMMEL, G. Questões Fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2005.